

CULTURA POLÍTICA ALEMÃ: AUTORITARISMO SECULAR E CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA RECENTE¹

João Pedro Schmidt

Resumo

A cultura política alemã é analisada em dois momentos. No largo período histórico que vai do Sacro Império Romano Germânico até a 2ª Guerra Mundial, o perfil atitudinal predominante foi marcado pelo autoritarismo cultural, refletindo e legitimando o *modus operandi* do sistema político. No período pós-guerra, a estruturação de um sistema democrático é acompanhado de um processo de profunda transformação cultural, configurando a emergência de uma cultura democrática. A ressocialização cultural da Alemanha é apontada como um exemplo revelador do caráter histórico e social inerente a qualquer cultura política.

Palavras-Chave

Cultura política, Alemanha, autoritarismo, democracia, ressocialização política.

Introdução

A análise da cultura política alemã feita aqui integra uma investigação sobre o comportamento e a cultura política em Santa Cruz do Sul, cuja população em grande parte é formada por descendentes de imigrantes alemães, chegados ao município a partir de 1849. Pressupõe-se que para entender as atitudes e orientações dos imigrantes e seus descendentes é necessário considerar a herança cultural trazida da Alemanha.

¹ Publicado em *Barbarói*. Santa Cruz do Sul: v.16, p.93 - 108, 2002.

A cultura política alemã – como de resto qualquer cultura política – é um fenômeno complexo, multifacetário, que só pode ser analisado dentro do respectivo contexto político. O artigo defende que é possível dividir a evolução política da Alemanha em dois momentos distintos. Um primeiro compreende o longo período que vai do Sacro Império Romano Germânico até o final da 2ª Guerra Mundial, em que predominam relações autoritárias entre as elites e a população, o que favoreceu a introjeção do autoritarismo na própria cultura política alemã. Nessa fase ocorreram também importantes movimentos políticos e culturais vinculados ao ideário libertário e democrático, mas que tiveram menor incidência na formação da cultura política de massa. Um segundo momento inicia no pós-2ª Guerra até os dias atuais, com a institucionalização da democracia e a edificação de uma cultura política democrática.

A análise do primeiro período é feita com base em estudos reconhecidos na literatura da ciência política, da sociologia e da história. A análise do segundo período é apoiada em pesquisas de opinião de caráter comparativo, as quais evidenciam que as atitudes e orientações políticas dos alemães das últimas décadas do século XX são condizentes com padrões democráticos.

Palavras-chave: cultura política alemã, história política da Alemanha, autoritarismo, democracia, imigração.

Cultura política e etnia

Antes de falar da cultura germânica é importante fazer alguns esclarecimentos teóricos, sobretudo no que se refere (i) ao conceito de cultura política e (ii) à relação entre etnia e política.

As pesquisas da ciência política têm evidenciado, desde a década de 1960, que em cada país prevalece um conjunto específico de atitudes e orientações políticas, que constituem a cultura política. O primeiro grande estudo da área – *The Civic Culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba, de 1963 – já mostrou significativas diferenças entre os cinco países pesquisados (Inglaterra, Estados Unidos, Itália, Alemanha e México). Muitas pesquisas posteriores evidenciaram que a cultura política não é homogênea em toda população de um país, havendo freqüentemente diferenciações bastante consideráveis entre as classes sociais, entre elites e massas, entre gerações e grupos étnicos, denominadas de *sub-culturas políticas*.

As culturas políticas são fenômenos históricos e sociais. As atitudes dos indivíduos acerca do mundo político não se formam no vazio. São decorrência das tradições repassadas de geração a geração, da vivência cotidiana das pessoas, dos eventos políticos, da ação dos agentes públicos, da performance das instituições políticas e sociais. Assim, o estudo de qualquer cultura política particular deve ser feito à luz dos condicionamentos do meio social em uma determinada época.

As culturas políticas são dinâmicas. Elas se modificam, como qualquer outro fenômeno social. A persistência e a mudança das culturas políticas são o objeto dos estudos de socialização política. Tais investigações têm evidenciado que enquanto as transformações individuais muitas vezes são rápidas, as mudanças culturais do conjunto da população via de regra são lentas e graduais, mas pode acontecer que sejam abruptas, fruto de acontecimentos impactantes como guerras e revoluções. A partir da obra de Peter Berger e Thomas Luckmann (1985), a literatura sociológica adotou o termo *ressocialização* para designar as transformações profundas e radicais no âmbito de uma cultura, o que se aplica também ao âmbito da política. A Alemanha pós-2ª Guerra constitui um dos exemplos mais emblemáticos de ressocialização política, como veremos no presente artigo.

A compreensão equivocada ou insuficiente do caráter social, histórico e dinâmico da cultura política levou muitos autores a incorrer numa espécie de naturalização das características culturais dos povos. Isso aconteceu com os antropólogos propositores da teoria do *caráter nacional*, que viram em certos traços culturais históricos manifestações de atributos inatos do povo, levando a jargões tipo “o belicismo dos povos germânicos” e “o emocionalismo dos povos latinos”. (Moisés, 1995) No Brasil, Oliveira Vianna (1955) pode ser apontado como um expoente dos autores associados a esse determinismo culturalista.

Quanto ao segundo esclarecimento – a relação entre etnia e política – convém iniciar distinguindo etnia e raça. **Etnia** designa “um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, ao menos de forma latente, de terem origens e interesses comuns”. (Cashmore, 2000, p. 196). É um conceito relevante hoje nas ciências sociais para a investigação das particularidades e conflitos entre os diversos grupos humanos. **Raça** indica uma população com características biológicas idênticas, diferenciada geneticamente de outras populações. Segundo doutrinas políticas discriminatórias (nazismo, racismo), as diferenças raciais explicam as diferenças sociais entre povos e grupos. (Outhwaite et al, 1996) O termo raça é hoje definitivamente não-científico e não há mais sentido em usá-lo na análise política. Não existem raças

humanas, conforme está insofismavelmente demonstrado pelos cientistas do *Projeto Genoma Humano*, um projeto de âmbito internacional iniciado em 1994 que está decifrando o código genético da espécie humana. Com base na análise de amostras genéticas de pessoas de todo mundo, os cientistas concluíram que não há raças, porque as diferenças genéticas entre os grupos étnicos são insignificantes. As diferenças na cor da pele, das feições do rosto ou da estatura não estão associadas a diferenças genéticas expressivas. As diferenças entre os indivíduos de uma mesma etnia são maiores do que as diferenças entre essa etnia e as demais. Ou seja, “dois brancos europeus diferem mais entre si do que em conjunto diferem de um africano”. (Noy, 1998) Assim sendo, os alemães não constituem uma raça; são uma etnia, com traços peculiares, como é próprio a qualquer etnia.

A discussão sobre etnicidade e política continua na ordem do dia. Os debates em torno da etnicidade ganharam importância nos últimos anos, e para muitos autores a etnia tem a mesma ou maior importância que a classe social na investigação dos fenômenos sociais. No plano da política, a sua relevância está demonstrada pelo impressionante número de conflitos étnicos que se sucedem nas últimas décadas. O elemento fundamental para avaliar os conflitos entre os grupos étnicos é o cultural, dado que tais grupos “existem apenas pela crença subjetiva que têm seus membros de formar uma comunidade e pelo sentimento de honra social compartilhado por todos os que alimentam tal crença”. (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 38)

O predomínio do autoritarismo na política alemã

A trajetória da Alemanha é bastante peculiar e sua evolução política diferenciada da de outras grandes nações.

Enquanto países como a Inglaterra e os Estados Unidos, emblemáticos no processo de construção da democracia representativa no Ocidente, passaram do autoritarismo estatal à condição de regimes democráticos estáveis ainda no século XIX, a Alemanha teve uma evolução muito mais conturbada. Há um certo consenso entre os autores de que o *autoritarismo*² é um traço marcante e constante no longo processo histórico, desde o Sacro Império Romano-Germânico ao final da 2ª Guerra Mundial.

² Autoritarismo é concebido aqui como a exacerbação dos aspectos da autoridade e da hierarquia em detrimento dos aspectos da autonomia dos cidadãos e da sua participação nas decisões políticas. O autoritarismo refere-se tanto aos procedimentos tomados pelos governantes como das atitudes dos cidadãos.

Antes de falar do autoritarismo, cabe abordar o aspecto da *fragmentação política* e as dificuldades de unificação da Alemanha. Um dos traços históricos característicos da Alemanha ocidental, destaca Perry Anderson (1989) desde o período medieval foi o fato de ser salpicada de cidades, especialmente a Renânia, que era desde a Alta Idade Média uma das mais florescentes zonas comerciais da Europa. No século XV e XVI várias cidades, a maioria das quais de pequena estatura, constituíam-se em cidades livres, imperiais, sujeitas apenas à suserania nominal do imperador, e que conseguiam opor-se exitosamente às tentativas de centralização dos príncipes. Na virada do século XVI, várias cidades do sul da Alemanha tinham alta capacidade tecnológica e industrial, e foram as pontas de lança do primeiro avanço popular da Reforma. Essa expansão econômica declinou subitamente em meados do século XVII. No início do século XVII, a Alemanha ocidental continua a ser uma região de modo geral rica e urbanizada, embora sem crescimento acentuado. A relativa densidade urbana, avalia Anderson, assinalava um complexo padrão político, semelhante ao do Norte da Itália, onde também, em razão do poderio e da pluralidade das cidades mercantis, não havia espaço para a expansão do absolutismo aristocrático. Havia também um considerável contingente de principados eclesiásticos. Tanto os pequenos Estados eclesiásticos como as cidades livres conseguiram sobreviver até o início da época moderna. “O ambiente social de toda a região era avesso aos grandes Estados monárquicos” e “em vez de um mapa simplificado de uns poucos Estados urbanos de média dimensão governados por aventureiros ou patrícios neo-aristocratas, havia uma multiplicidade de pequenas cidades livres em meio a um labirinto de diminutos principados.” (Ibid., p. 251)

Esse perfil territorial fragmentário tem sido interpretado por alguns autores como indicativo de uma cultura cívica. Bertolt Brecht (apud Anderson, 1989, p. 250) louvava a mentalidade cívica nas cidades livres da Alemanha e da Itália, vendo na descentralização do poder uma virtude política. Na literatura atual, esse viés tem sido recuperado entre os estudiosos do *capital social*. Robert Putnam (1996), por exemplo, ao analisar a eficácia institucional dos governos regionais da Itália introduzidos na década de 1970, atribui elevada importância aos aspectos de confiança, cooperação e senso de dever próprios de cada região. A descentralização territorial aparece vinculada ao ideal da comunidade cívica, definida pelo compromisso dos cidadãos com os assuntos coletivos.

Neste sentido, pode-se aventar a hipótese de que a notável capacidade de cooperação e organização local demonstrada pelos imigrantes alemães em solo

brasileiro, além de outros fatores, seja expressão de uma *memória de autonomia municipal e de descentralização política* herdada da tradição germânica. A existência de experiências de autonomia política nos primórdios da colonização alemã no sul do Brasil, em cidades como Joinville e Blumenau, sustentam esse enfoque.³

Todavia, as experiências de autonomia e descentralização são um fenômeno menor na evolução política da Alemanha. Sobressaem-se até meados do século XX, com muito mais força, os eventos e instituições que expressam o verticalismo e a imposição do poder pelas elites políticas alemãs. Vejamos mais sistematicamente a questão do autoritarismo.

O sociólogo Norbert Elias (1997), na sua obra *Os Alemães*, ao buscar explicar o *habitus* que possibilitou a experiência nazista, aponta quatro fatores históricos vinculados ao autoritarismo. O primeiro: as constantes guerras dos alemães com os povos vizinhos pela defesa de suas fronteiras. O segundo: o receio da perda de prestígio entre os povos europeus, associado à memória da Grande Alemanha do passado medieval. O terceiro: as constantes rupturas e descontinuidades no desenvolvimento do Estado alemão. O quarto: a incorporação pela classe média alemã do modelo militar, característico do desenvolvimento prussiano, com a adoção de valores e estilo de vida próprios do militarismo, como o hábito comum após 1871 de resolver conflitos através do duelo. Numa avaliação geral, Elias sintetiza a presença do autoritarismo entre os alemães do seguinte modo:

“No século XIX e, de fato, essencialmente até 1918, a Alemanha ainda era governada por príncipes absolutos, ou seja, governada de cima para baixo. Essa forma governamental correspondia a um tipo de caráter nacional, que também se encontra entre outros povos que tiveram experiências semelhantes. Basicamente suas estruturas de personalidade estão aparelhadas para ser governadas desde cima.” (Elias, 1997, p. 374)

Com um ponto de vista similar, o cientista político Karl Deutsch (1983) assinala *seis vitórias do autoritarismo* na história da Alemanha. A primeira vitória do autoritarismo foi a supremacia de Carlos Magno sobre os saxões, na guerra de 764 a 814. A segunda,

³ Segundo René Gertz, em Santa Catarina ocorreram experiências muito interessantes de auto-administração na colônia de Joinville (elevada a município em 1866), mantida e administrada por uma companhia de colonização alemã. Uma comuna, poder legislativo composto por cinco membros, era responsável pela administração. Havia justiça local para as questões mais simples. Todo colono com mais de 20 anos era eleitor. A colônia de Blumenau gozou de uma autonomia menor que a de Joinville, mas muitos aspectos também experimentavam soluções locais. Para o autor, “em parte a autonomia local de algumas colônias de Santa Catarina se explica pelo relativamente maior atraso deste estado, em parte pela presença entre os primeiros imigrantes de um número relativamente grande de pessoas de alto nível cultural.” (Gertz, 1987, p. 37)

a feroz repressão aos camponeses por parte da nobreza, com apoio da Igreja Católica e de Lutero, na Guerra Camponesa (*Bauernkrieg* – 1524-1525). A terceira, o predomínio, após 1648, do principado de Brandenburgo, símbolo máximo da disciplina, organização e trabalho. O quarto importante momento do autoritarismo foi a unificação da Alemanha, em 1871, através de Bismarck: a realização de um anseio secular dos alemães veio como uma dádiva do alto, através da outorga da Prússia, seu estado mais autoritário, e de Bismarck, o Chanceler de Ferro. O quinto momento foi a eleição de Paul von Hindenburg, representante do militarismo, como presidente do país em 1923. A última grande vitória do autoritarismo, segundo Deutsch, foi a nomeação de Adolf Hitler como Chanceler, em 1933, resultando no regime totalitário e na 2ª Guerra Mundial.

O autoritarismo não afetou todos os aspectos da vida alemã, reconhece Deutsch. No século XVIII, uma notável cultura humanista e liberal se propagou nos campos da ciência, poesia e música, com destaque para personagens da magnitude de Mozart, Lessing, Beethoven e Kant. Mas, no âmbito da política, as tendências largamente predominantes até a 2ª Guerra foram a afirmação da autoridade forte pelos governantes, a internalização da obediência pela maior parte do povo e o fácil recurso aos extremismos em épocas de crise.

A política alemã na época da emigração ao Brasil

Vejamos mais de perto os acontecimentos da arena política alemã que caracterizaram o contexto político da época em que ocorreu a emigração dos alemães para vários países, entre eles o Brasil.

A Alemanha da primeira metade do século XIX era um conjunto fragmentado de estados, em constantes lutas entre si e com países vizinhos, com uma estrutura econômica bastante instável. Em 1813, os exércitos dos estados germânicos, liderados pela Prússia, derrotam os exércitos napoleônicos. Jean Duroselle (1976) registra três “ondas” de insurreições desde então até 1850. A primeira ocorre a partir de 1815: liberais e nacionalistas entram em luta contra as monarquias conservadoras e a nobreza, ao defender a outorga de constituições, com diversas revoltas nas cidades e por parte de camponeses. A reação do antigo regime acontece no início da década de 1820, quando os dirigentes da Confederação Alemã decidem combater os liberais de modo generalizado, tendo sido duramente atingidas as universidades. Muitos adeptos das inovações liberais tiveram de fugir para países vizinhos e para a América. A segunda onda é desencadeada na década de 1830: os liberais, reunidos em Hambach, em maio

de 1832, preconizam os livres e republicanos “Estados Unidos da Alemanha”, mas antes que o movimento tomasse corpo é reprimido e abafado de forma sangrenta. A crise e a fome dos anos 1846 e 1847 desencadeiam a terceira onda. A Revolução de 1848 acontece com a participação de setores da burguesia, do operariado e de estudantes, acontecem novos levantes, na Saxônia, Baviera, Alemanha Oriental e em Berlim, onde o rei aceita a eleição de uma constituinte. Um parlamento é instalado em Frankfurt. Mas, o êxito da revolução é efêmero. A nobreza e o exército reprimem os revolucionários, muitos dos quais acabam tendo que optar pelo exílio. “No fim de 1850, tudo se acaba. Por toda parte a revolução foi sufocada. Por toda parte os ‘reacionários’ estão no poder e o exercem de modo enérgico (...)”. (Ibid., p. 19)

A posição das Igrejas nesses conflitos foi francamente hostil aos liberais. Eric Hobsbawn (1982, p. 125) assinala que nessa época “todas as igrejas oficiais eram *ipso facto* conservadoras, embora apenas a maior delas, a Católica Romana, tenha formulado sua posição de aberta hostilidade à crescente tendência liberal.” O papa Pio IX, segundo o autor, definiu a sua posição em 1864, na Encíclica *Syllabus of Errors*, em que foram condenados 80 erros dos liberais, incluindo naturalismo, racionalismo, indiferentismo, educação laica, separação da Igreja e do Estado e a idéia de que “o Romano Pontífice pode e deve reconciliar-se e chegar a bom termo com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna”.

A Revolução de 1848 levou os governantes da Prússia a fazer uma série de concessões, a fim de evitar que os liberais se jogassem numa aliança de desespero com as massas. Não que Bismarck temesse propriamente uma revolução burguesa, pois nem os burgueses nem outros setores das classes médias estavam dispostos a levantar barricadas. “Isto não o impediu, porém, de aplicar o programa econômico, legal e ideológico da burguesia liberal, desde que pudesse ser combinado com a predominância da aristocracia agrária numa monarquia prussiana protestante.” (Ibid., p. 126) Algumas medidas de cunho reformador também foram implementadas após 1880, como um imposto de renda ligeiramente progressivo.

As reformas prussianas não significaram, todavia, a implantação da democracia liberal na Alemanha. A eleição de deputados eleitos para o *Landtag* era feita segundo um sistema combinado de três classes, com uma grande vantagem para os ricos. A Federação tinha um *Reichstag* eleito por sufrágio universal, mas este só tratava de assuntos federais como o exército e o orçamento. O chanceler do Império era quase sempre ministro-presidente da Prússia. O que “impede a Alemanha de ser realmente democrática é, de um lado, a total independência do poder executivo em relação ao povo

– chanceler e secretários de Estado são nomeados só pelo Imperador – de outro lado, a influência preponderante dos militares.” (Duroselle, 1976, p. 65)

Barrington Moore Jr. (1983) caracteriza o processo de transformação capitalista como *modernização conservadora*, ou *rota capitalista reacionária*. Juntamente com o Japão, a Alemanha se transformou em um país industrial sem a ocorrência de um movimento revolucionário popular, como ocorreu na Inglaterra e na França. Do ponto de vista da democracia, um dos mais graves empecilhos foi a conservação de uma ética militar entre a nobreza prussiana. Acrescentou-se a isso a introdução do ideal da obediência total e irrefletida à instituição, bem como a disciplina, a obediência e a admiração das qualidades militares difundidas pela monarquia dos Hohenzollern. A Alemanha modernizou-se sem alterar as estruturas sociais, avalia Moore, e para isso contou com o militarismo que uniu as classes superiores.

Outro traço polêmico associado ao processo de unificação da Alemanha, destacado por Hannah Arendt, é o racismo. O racismo, afirma a filósofa, é uma característica geral dos povos europeus no final do século XIX e início do século XX. No caso dos alemães, o pensamento racial resultou do esforço de unir o povo contra o domínio estrangeiro, e seus autores buscaram despertar no povo a consciência de uma origem comum. Não foi obra da nobreza alemã. O apelo das lideranças nacionalistas, de várias estirpes de pensamento (catolicismo, liberalismo, romantismo político) dirigiu-se ao povo comum. A “insistência na origem tribal comum como essência da nacionalidade, formulada pelos nacionalistas alemães durante e após a guerra de 1814, e a ênfase que os românticos davam à personalidade inata e à nobreza natural, prepararam a Alemanha intelectualmente para pensar em termos racistas”. (Arendt, 1978, p. 236)

A Alemanha, todavia, não gerou apenas doutrinas autoritárias. Também foi solo de generosas teorias libertárias e igualitárias. O socialismo passa a ser uma força política organizada na década de 1870. Antes, na década de 1860, já havia sindicatos e associações de ajuda mútua, bem como a proliferação de greves. O poderoso Partido Social-Democrático (SPD) é formado em 1875, com a fusão de marxistas e lassaleanos. O voto socialista é crescente no final do século XIX: em 1871 são eleitos dois deputados para o *Reichstag*, de 1874 a 1887 o número oscila de 9 a 12, em 1890 são 24, em 1898 são 56, em 1903 passam a 79 em em 1914 alcançam 110. (Duroselle, 1976, p. 67) O crescimento do movimento socialista tem como contrapartida o temor despertado na população pelo “perigo vermelho”. Largos setores da população europeia e alemã passaram a ver no crescimento dos comunistas e, em menor escala, dos socialistas uma

ameaça a toda ordem social e às instituições vigentes. Criou-se um clima de radicalização e enfrentamento entre direita e esquerda, com posturas extremistas de lado a lado.

A quase ilimitada capacidade dos alemães em confiarem no seu governo e os desatinos dos governantes propiciou o encaminhamento do país à 1ª Guerra Mundial (1914-1919), que lhe foi absolutamente desastrosa. “A liderança desatinada deparou-se com uma obediência cega.” (Deutsch, 1983, p. 428) O império desmoronou-se em revolução. A primeira experiência republicana – a República de Weimar (1919-1933) – inicia de forma conturbada. A Liga Espartana, organização socialista liderada por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, organizou uma sublevação em Berlim, logo esmagada. Outras insurreições radicais se seguiram – em 1919 na Baviera, em 1920 na Renânia, em 1923 na Turíngia e em Hamburgo. Este período ficou conhecido como *período do Putsch*, e resultou na desorganização do operariado alemão. (Ibid., p. 432)

A inflação galopante e a crise econômica desencadeada em 1923 fez com que muitos eleitores se voltassem novamente para a autoridade. Paul von Hindenburg, representante do militarismo na 1ª Guerra, acabou sendo escolhido presidente do país. O crescimento do nacional socialismo no final dos anos 1920 acabou resultando na escolha de Adolf Hitler como Chanceler, em 1933, por Hindenburg. A classe média moveu-se para a extrema-direita, assim como os partidos centristas, enquanto os operários e a esquerda se manteve distanciada de Hitler. “As principais fontes da força eleitoral nazista provinham das classes médias, da população rural e dos não-votantes anteriores, recentemente mobilizados.” (Ibid., p. 434)

O desenlace trágico da aventura nazista na 2ª Guerra condenou a Alemanha a uma situação social e econômica extremamente precária, com a divisão da nação em uma parte ocidental, capitalista, e outra oriental, comunista, bem como lhe proporcionou uma imagem altamente desgastada no cenário internacional. Consagrou-se no senso comum a idéia do “autoritarismo e belicismo germânico”, que ainda perdura em certos ambientes na atualidade.

A democracia, no pós-guerra

A constituição da República Federal da Alemanha, em 1949, deu início a um regime democrático estável, parlamentarista, orientado pelo ideário social-democrático, que levou a níveis surpreendentes de crescimento econômico ao longo de várias décadas, combinado com elevado grau de igualdade social. O *welfare state* alemão passou a ser uma referência internacional, ao lado de boa parte dos países europeus,

como a feliz junção das virtudes do mercado com a necessária presença do Estado. Neste novo ambiente, aconteceu nas últimas décadas uma profunda mudança na cultura política alemã: o padrão autoritário foi gradualmente substituído por um padrão democrático.

No início dos anos 1960 foi publicado nos Estados Unidos o famoso estudo *The Civic Culture*, um estudo comparativo sobre a cultura política de cinco países – Estados Unidos, Inglaterra, México, Itália e Alemanha (Ocidental), por Gabriel Almond e Sidney Verba. Os autores, que adotam um viés nitidamente liberal, constatam que o padrão cultural germânico não se equiparava ao dos ingleses e norte-americanos, mas apresentava vários aspectos favoráveis à democracia. O nível de informação sobre assuntos políticos entre os alemães era bastante elevado, mas o orgulho nacional em questões econômicas não se manifesta em questões políticas. Os alemães mais escolarizados e pertencentes às classes mais abastadas manifestavam sentimentos mais negativos sobre o voto. Havia uma clara ambivalência desses segmentos sociais: por um lado, maior cognição e maior aceitação de valores democráticos; por outro, menor apreço às campanhas eleitorais. A orientação súdita (marcada por atitudes de obediência) mostrava-se mais forte que a orientação participante (própria do senso de cidadania). A competência administrativa (voltada para os resultados do sistema) apresentava-se mais forte que a competência política (interessada no processo político no seu todo). Almond e Verba interpretam tais constatações à luz da história da Alemanha: ao contrário da Inglaterra, onde a classe média e trabalhadora conquistou influência política no século XIX, a classe média alemã aceitou a lei e a ordem do *Rechtstaat*, sob o qual prosperou economicamente mas abrindo mão da influência política. Os reflexos da amarga e traumática história política da Alemanha, no entender dos autores, ainda continuavam presentes. A consciência acerca da política e da atividade política tendia a ser passiva e formal, traço característico da *cultura política súdita*. (Almond e Verba, 1965)

Nos últimos anos, diversas pesquisas da área de cultura e socialização política constataram que esse quadro evoluiu favoravelmente à democracia. O crescimento econômico e a eficácia das instituições da República Federal da Alemanha podem ser apontados como fatores decisivos nessa evolução. A cultura política súdita dos anos 1950/1960 deu lugar a uma cultura nitidamente democrática. Num estudo comparativo sobre autoritarismo, realizado no início dos anos 1990, envolvendo 70 países, a Alemanha aparece entre os dez países com menor índice de autoritarismo estatal. (Meloan, 1996, p. 26)

O cientista político norte-americano Ronald Inglehart (1997, p. 175), com base nas pesquisas de opinião do Eurobarômetro, diz que o processo de consolidação da cultura política na Alemanha ocorreu a partir do final dos anos 1970: “a democracia finalmente desenvolveu raízes na sociedade da Alemanha Ocidental”. A posterior reunificação da Alemanha não alterou o quadro de estabilidade democrática. Os cidadãos da ex-Alemanha Oriental têm expressado adesão às instituições democráticas, apesar de ambigüidades decorrentes das decepções com diversos aspectos da sociedade alemã ocidental.

A profunda transformação da cultura política dos alemães na última metade do século é um excelente exemplo de que não há um *caráter nacional* a-histórico a presidir o comportamento de um povo. A cultura política de uma nação ou grupo social se estrutura através dos vínculos com o conjunto do sistema político, econômico e social, podendo vir a ser profundamente modificado de um período histórico para outro.

Considerações finais

A trajetória política da Alemanha desde o Sacro Império Romano-Germânico até a 2ª Guerra Mundial foi bastante conturbada por guerras, revoluções, radicalismos à direita e à esquerda, e processos repressivos, em que se sobressaíram os métodos autoritários de exercício do poder. As primeiras décadas do século XX foram palco de enfrentamentos entre a direita e a esquerda e, com a derrota das forças da esquerda, a ascensão do nazismo que levou os alemães a uma guerra de terríveis conseqüências.

Nesse contexto secular repleto de lutas, convulsões e guerras, forjou-se um conjunto de atitudes e orientações políticas de massa marcado pelos traços do autoritarismo, que legitimou o *modus operandi* do sistema político. Não que inexistissem atitudes libertárias e compatíveis com a democracia, notadamente as vinculadas às experiências de descentralização e autonomia das cidades livres e, a partir da segunda metade do século XIX, as mobilizações do movimento operário e socialista. O que prevaleceu, todavia, foram as atitudes condizentes com as práticas da repressão e da violência, que tiveram sua culminância no totalitarismo instaurado pelos nazistas.

A 2ª Guerra Mundial pode ser considerado um momento de ruptura e de descontinuidade cultural na Alemanha. A derrota na guerra trouxe a ruína econômica do

país mas também a erradicação do nazismo e o debilitamento das forças militaristas. Juntamente com a paz, criaram-se condições para a institucionalização do regime democrático e uma mudança radical na cultura política. Não sem conflitos e contradições, operou-se uma profunda ressocialização cultural. Passou-se aos poucos de uma cultura autoritária a uma cultura democrática, em nível de massa e de elites. As pesquisas de opinião pública comparativas das últimas décadas evidenciam que as atitudes de alemães assemelham-se às das europeus e de outros povos com forte tradição democrática.

A ressocialização cultural da Alemanha configura-se em um dos casos mais emblemáticos em trazer evidências acerca do caráter histórico e evolutivo da cultura política, fortalecendo o entendimento de que não existe algo como um caráter inato nos povos. É um exemplo cabal de que a cultura política está em íntima conexão com os fatores sociais, políticos e econômicos do meio social, numa relação de intercausalidade. A modificação desses fatores possibilita e estimula mudanças no conjunto de atitudes políticas prevaletentes. As mudanças culturais costumam ser lentas e gradativas, mas diante de acontecimentos que afetam profundamente toda a coletividade – como guerras, revoluções, epidemias – pode ocorrer uma ressocialização coletiva bastante radical, ou seja, uma transformação da própria cultura política. Foi o que aconteceu na Alemanha na 2ª Guerra Mundial.

O quadro descrito acima é um importante referencial para entender o comportamento político dos teuto-descendentes no Brasil. A vinda de imigrantes alemães ao nosso país aconteceu basicamente entre as décadas de 1820 e 1930. Ou seja, todos esses imigrantes foram marcados pela influência do autoritarismo secular presente na sua terra natal. Isso ajuda a explicar o comportamento político dos imigrantes e seus descendentes nas primeiras décadas, marcado pela apatia e falta de participação. Tivesse a imigração ocorrido após a 2ª Guerra Mundial, certamente o perfil atitudinal dos teuto-descendentes seria bastante distinto desde logo.

Todavia, as orientações libertárias e democráticas existentes em solo alemão, de modo não hegemônico, não deixaram de se manifestar aqui através de algumas experiências inovadoras nas colônias alemãs e facilitaram a posterior afirmação de atitudes e orientações democráticas.

Ademais, o caráter dinâmico e evolutivo da cultura política acima assinalado evidenciou-se também na trajetória política dos teuto-descendentes no Brasil. A socialização política das novas gerações caracterizou-se por profundas modificações em

relação à herança cultura trazida da Alemanha, oportunizando também aqui a superação de muitos traços do autoritarismo de raízes seculares.

Referências bibliográficas

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown & Co., 1965.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CASHMORE, Ellis (org.). *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000.

DEUTSCH, Karl. *Política e governo*. 2ª ed. Brasília: Edunb, 1983.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 a nossos dias: vida política e relações internacionais*. São Paulo: Pioneira, 1976.

DIÉGUES JR., Manuel. *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro: INEP, 1964.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HOBBSBAWN, Eric. *A era do capital – 1845-1875*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

INGLEHART, Ronald. *Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MELOEN, Jos. "Authoritarianism, democracy, and education: a preliminary empirical 70-nation global indicators study". In: FARNEN, R. et al. *Democracy, socialization and conflicting loyalties in East and West: cross-national and comparative perspectives*. New York: St. Martin's Press, 1996.

MOISÉS, José Alvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NADALIN, Sérgio O. Imigração alemã no Brasil: dois problemas. In: COLÓQUIO de estudos teuto-brasileiros, 3º. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1980, p. 297-303.

NOY, Norton. Somos todos um só. *Istoé*, nº 1520, São Paulo, 18 nov. 1998.

OUTHWAITE, W. et al. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

POUTIGNAT, Phillipe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998.

SCHMIDT, João P. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens brasileiros na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, vol. 2.